

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO

Termo de Referência 495/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
495/2025	989403-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO	GABRIEL FARIA MARQUES	19/05/2026 14:22 (v 0.22)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		34342/2025

1. Definição do objeto

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação, sob o regime de empreitada por preço unitário, de empresa especializada na prestação de serviços públicos de transporte (destinação) e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos no Município de Itaberaí-GO, de forma contínua, a partir da central de transferência do lixão municipal até aterro sanitário devidamente licenciado.

A contratação compreende o fornecimento integral de mão de obra, veículos, equipamentos, implementos, ferramentas, insumos, materiais e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como infraestrutura de apoio operacional, incluindo a locação de container tipo guarita com sanitário e a administração local dos serviços, conforme demanda do Fundo Municipal de Saneamento Básico, observadas as condições e especificações constantes neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo e no Projeto Básico.

Os quantitativos e valores estimados foram definidos com base em levantamento técnico preliminar e em pesquisa de preços realizada nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, com a finalidade de aferir a compatibilidade dos valores com aqueles praticados no mercado.

Todavia, para fins de definição do orçamento estimado da contratação, **foram adotados os valores constantes do Projeto Básico**, elaborado por responsável técnico devidamente habilitado, o qual considerou, de forma detalhada, os aspectos operacionais, logísticos, ambientais e econômicos específicos da execução dos serviços no Município.

A adoção dos valores do Projeto Básico decorre de orientação técnica fundamentada, tendo em vista que tais valores refletem com maior precisão a realidade local, as distâncias de transporte, os custos operacionais envolvidos e as particularidades do sistema de manejo de resíduos sólidos urbanos, assegurando maior fidedignidade ao orçamento da contratação.

Dessa forma, a pesquisa de preços realizada possui caráter subsidiário e de validação, não sendo utilizada como critério exclusivo de formação do preço de referência, prevalecendo os valores tecnicamente definidos no Projeto Básico, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Com base no Projeto Básico, os valores estimados para a contratação são os seguintes:

- Destinação (transporte da central de transferência até aterro): **844,97 ton/mês × R\$ 146,23 = R\$ 123.560,63;**
- Disposição final de resíduos sólidos urbanos: **844,97 ton/mês × R\$ 152,38 = R\$ 128.752,91;**
- Locação de container tipo guarita com sanitário: **R\$ 1.325,95/mês;**
- Administração local dos serviços: **R\$ 35.719,15/mês.**

Dessa forma, o **valor mensal estimado da contratação corresponde a R\$ 289.358,65**, perfazendo o **valor anual estimado de R\$ 3.472.303,80**.

O custo unitário dos serviços de destinação e disposição final corresponde a **R\$ 298,61 por tonelada**, enquanto o custo estimado por quilômetro rodado na etapa de destinação é de **R\$ 9,11/km**, conforme parâmetros técnicos definidos no Projeto Básico.

A presente contratação será realizada em lote único, com execução de forma integrada e contínua. Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo, tendo sido calculados conforme os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 09/2023 do TCM/GO.

Para fins de medição mensal dos serviços, serão considerados os quantitativos efetivamente executados, devidamente aferidos por meio de registros em balança rodoviária.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo e no Projeto Básico, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto da presente contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Municipal nº 145/2023, tratando-se de serviço essencial à manutenção da limpeza urbana e da saúde pública, indispensável à adequada gestão dos resíduos sólidos urbanos do Município.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que comprovada a vantagem para a Administração Pública, mediante análise técnica e econômica, inclusive quanto à manutenção da compatibilidade dos preços com aqueles definidos no Projeto Básico e com as condições de mercado.

1.5. O contrato ou instrumento equivalente poderá estabelecer disposições complementares acerca das condições de vigência, prorrogação, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro e execução contratual, em conformidade com a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

1.6. A presente contratação será realizada em item único, considerando a necessidade de padronização do objeto, a integração das etapas de destinação (transporte) e disposição final dos resíduos sólidos urbanos, bem como a otimização da gestão contratual, visando maior eficiência operacional e economicidade.

A opção pelo não parcelamento do objeto fundamenta-se em critérios técnicos e operacionais devidamente demonstrados no Estudo Técnico Preliminar e no Projeto Básico, os quais evidenciam que a segregação das atividades poderia comprometer a logística do sistema, elevar custos operacionais, dificultar a fiscalização contratual e prejudicar a responsabilização pela execução integral dos serviços.

Destaca-se, ainda, que os custos envolvidos na execução dos serviços foram estruturados de forma integrada no Projeto Básico, incluindo transporte, disposição final e custos operacionais indiretos, o que reforça a necessidade de contratação em lote único.

1.7. O objeto da presente contratação compreende a execução dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, contemplando, de forma integrada e contínua, as seguintes atividades:

I – Operação de Transferência e Transporte:

- Recepção dos resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta municipal;
- Operação da unidade de transferência, incluindo o carregamento de containers;
- Transporte dos resíduos até aterro sanitário devidamente licenciado;
- Execução dos serviços com base nos custos unitários definidos no Projeto Básico, especialmente o valor de **R\$ 146,23 por tonelada** para a etapa de destinação;
- Fornecimento integral de mão de obra, veículos, equipamentos, ferramentas, insumos, materiais e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Execução da administração operacional dos serviços.

II – Disposição Final:

- Recebimento de resíduos sólidos urbanos classificados como Classe II-A;
- Destinação e disposição final ambientalmente adequada em aterro sanitário devidamente licenciado;
- Execução dos serviços conforme custo unitário de **R\$ 152,38 por tonelada**, nos termos do Projeto Básico;
- Execução do controle ambiental, operacional e documental;
- Disponibilização de estrutura técnica e operacional adequada à execução dos serviços.

Parágrafo único. Integram, ainda, o objeto da contratação os custos operacionais indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo a locação de container tipo guarita com sanitário e a administração local, conforme valores definidos no Projeto Básico.

1.8. A contratação dar-se-á sob o regime de empreitada por preço unitário, com critério de julgamento pelo menor preço global, sendo considerada vencedora a proposta que atender integralmente às exigências do instrumento convocatório e apresentar o menor valor global, tomando como referência os quantitativos estimados e os parâmetros técnicos estabelecidos no Projeto Básico.

A adoção do item único não implica restrição à competitividade, estando devidamente justificada sob os aspectos técnicos e econômicos no Estudo Técnico Preliminar, demonstrando que o parcelamento do objeto não é viável nem vantajoso, podendo comprometer a eficiência operacional, a padronização dos serviços, a coerência dos custos definidos no Projeto Básico e a adequada execução contratual, em observância aos princípios da economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação NÃO está previsto no Plano de Contratações Anual, contudo, encontra-se alinhado com a LOA (Lei Orçamentária Anual) e com o PPA (Plano Plurianual).

2.3. Para fins do disposto no artigo 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021, considera-se que o Projeto Básico da presente contratação é constituído pelo conjunto integrado de documentos formado por este Termo de Referência, pelo Memorial Descritivo e pelos Estudos Técnicos Preliminares, os quais, de forma complementar e harmônica, definem e dimensionam o objeto, estabelecem as soluções técnicas adotadas, os métodos e prazos de execução, os critérios de medição e pagamento, os aspectos ambientais, operacionais e de gestão, bem como os subsídios necessários à adequada fiscalização e à estimativa de custos, assegurando a viabilidade técnica, econômica e ambiental da contratação.

3. Descrição da solução

3.1– ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

O serviço compreende a carga, o transporte, a destinação e a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos, a partir do local de disposição indicado pelo Município, onde os resíduos serão descarregados pelos caminhões coletores.

A contratada será responsável pela execução das operações de carregamento dos resíduos, utilizando equipamentos adequados e em condições operacionais satisfatórias, bem como pelo transporte até aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.

A contratada deverá adotar as medidas necessárias para evitar acúmulo prolongado de resíduos no local, observando o prazo máximo de permanência de 24 horas, exceto finais de semana (48 horas), bem como garantir condições adequadas de segurança, organização e controle ambiental durante a execução dos serviços.

Fica a observação de que a solução selecionada é baseada no curto prazo, pois considera-se a possibilidade futura de, dentro de 1 (um) ano, utilização de aterro sanitário regional a ser implantado no município de Mossâmedes.

Porventura, caso esse aterro não esteja disponível no prazo esperado, deverão ser adotadas as medidas mais econômicas e sustentáveis, podendo ocorrer por meio da construção de estação de transferência e aterro próprio.

Na indisponibilidade de um aterro, a empresa contratada deverá ficar responsável pela implantação e operação da estação de transferência, em conjunto com a engenharia do município, sendo essa uma medida sustentável, responsável e que evita prejuízos ao meio ambiente, bem como a aplicação de multas.

3.2- DESTINAÇÃO DESDE A TRANSFERÊNCIA ATÉ A DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS

Este serviço consiste na destinação final dos resíduos sólidos urbanos coletados diariamente no município, de edifícios, residências, estabelecimentos comerciais e de pequenas indústrias.

São resíduos que não apresentam perigo à saúde, classificados pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) como de classe II A.

Apos o carregamento das caçambas apropriadas em volume, os resíduos deverão ser transportados até a sua destinação, em aterro sanitário licenciado para o devido tratamento final.

A equipe de destinação será composta de um motorista e um caminhão, **com ano de fabricação não inferior a 2016**, equipado com plataforma e carreta “julietta”, com sistema roll on roll off, para duas caçambas de 30m³ cada, de modo a garantir condições adequadas de segurança, eficiência e confiabilidade operacional, evitando a utilização de veículo excessivamente antigo. Também deverão ser disponibilizadas seis caçambas de 30m³, sendo quatro em processo de carregamento na unidade de transferência e duas no caminhão em transporte.

3.3– DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Essa etapa consiste na disposição final dos resíduos em aterro sanitário licenciado. Dentre os aterros existentes, foram identificados duas unidades com distância inferior a 150 km desde o Centro de Transferência de ITABERAÍ:

- UVS RESÍDUO ZERO AMBIENTAL, Guapó-GO, DT = 123,0 km;
- ORIZON ECOPARQUE CERRADO, Aparecida-GO, DT = 117,9 km;

Todos os veículos enviados até o aterro licenciado deverão ser devidamente registrados e pesados.

Deverão ser apresentados relatórios mensais comprovando a destinação e disposição dos RSU, através de identificação do caminhão, nº da placa e nome do motorista, data com horário, ticket de pesagem, cujos relatórios deverão ser assinados por profissional habilitado.

Poderão participar do certame quaisquer licitantes que atendam às exigências do edital, sendo permitida a indicação de aterro sanitário devidamente licenciado, ainda que diverso dos mencionados neste Termo de Referência.

Caso o aterro indicado esteja localizado a distância superior a 150 km, a licitante deverá arcar com os custos excedentes de transporte, ficando o Município responsável pelo pagamento apenas até o limite da quilometragem licitada. O julgamento será pelo menor preço total, observado o valor global estimado pela Administração.

3.4– ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Para gerenciamento dos serviços e para tratar de assuntos pertinentes à perfeita execução destes perante a fiscalização do Município de ITABERAÍ, a futura contratada deverá dispor de um encarregado geral e de um veículo de apoio, com dedicação de 50% do tempo para o contrato em questão, bem como infraestrutura de apoio operacional compatível com as atividades desenvolvidas, conforme composição de custos adotada.

3.5 – INFRAESTRUTURA DE APOIO OPERACIONAL (GUARITA)

Para garantir condições adequadas de apoio às equipes operacionais, fiscalização e vigilância no local indicado para execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar 01 (um) container tipo guarita, com dimensão mínima de 20 (vinte) pés, climatizado, com isolamento térmico e acústico, dotado de sanitário interno com sistema de esgotamento sanitário independente, a ser realizado exclusivamente por sucção mecanizada (caminhão limpa-fossa), vedada qualquer interligação à rede pública de esgotamento sanitário ou ramal predial no local, conforme especificação similar à GOINFRA 020232.

Todos os custos relativos à locação, transporte, mobilização, instalação, manutenção, conservação, limpeza, climatização e operação do sistema sanitário serão de inteira responsabilidade da contratada, estando devidamente contemplados no valor mensal da contratação.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Antes do início da execução contratual, a contratada deverá apresentar:

- a) Alvará de funcionamento;
- b) Alvará sanitário;
- c) Licença ambiental válida do aterro sanitário;
- d) Carta de anuência da empresa operadora do aterro sanitário, específica para o recebimento dos resíduos sólidos urbanos do Município de Itaberaí, contemplando os quantitativos estimados neste Termo de Referência.

Sustentabilidade

4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A execução dos serviços observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com o art. 25, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, incluindo, no mínimo:

I – Destinação final dos resíduos sólidos urbanos exclusivamente em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes;

II – Adoção de práticas operacionais que minimizem impactos ambientais, tais como controle de vazamentos, emissões atmosféricas e dispersão de resíduos;

III – Manutenção preventiva da frota e dos equipamentos utilizados, visando à redução do consumo de combustíveis e das emissões de poluentes;

IV – Utilização obrigatória de EPIs adequados às atividades desempenhadas, promovendo a segurança e a saúde ocupacional;

V – Cumprimento integral da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010).

O descumprimento dos critérios de sustentabilidade poderá ensejar a aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Contratações de serviços cujas atividades gerem impacto ambiental significativo devem prever critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, especialmente quando envolverem a gestão de resíduos.

4.1.2. Considerações ambientais devem ser incorporadas em todas as fases da contratação.

4.1.3. A Administração deve priorizar soluções que reduzam impactos ambientais e promovam a gestão adequada de resíduos.

4.1.4. As especificações técnicas devem contemplar critérios ambientais aplicáveis ao objeto.

4.1.5. Os critérios de sustentabilidade devem ser objetivos, mensuráveis e compatíveis com o tipo de serviço.

Indicação de marcas ou modelos

(Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.2. Na presente contratação não serão indicadas marcas, características ou modelos.

4.3. Todas as etapas deverão ser executadas de forma integrada, contínua e ininterrupta, observadas as diretrizes do Termo de Referência, do Projeto Básico e do Memorial Descritivo.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.4. Não serão vedados(as) produtos/marcas.

Da exigência de amostra

4.5. Na presente contratação, não será(ão) exigida(s) amostras.

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não se aplica OU não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.7. Toda e qualquer subcontratação deverá ser precedida de autorização formal da Prefeitura Municipal de Itaberaí.

Garantia da contratação

4.8. Será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, podendo o Contratado optar por:

- caução em dinheiro;
- títulos da dívida pública;
- seguro-garantia;
- fiança bancária;
- título de capitalização;

em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.8.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8.2. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término deste prazo, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

- 4.8.3.** Caso o adjudicatário não apresente a apólice antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade.
- 5.8.4.** A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante emissão de endosso pela seguradora.
- 4.8.5.** Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas e que não haja período descoberto.
- 4.8.6.** Caso não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice antes da assinatura, o adjudicatário deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, comprovante de garantia nas demais modalidades previstas.
- 4.8.7.** Sendo a modalidade caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.8.8.** Na hipótese de títulos da dívida pública, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, registrados em sistema autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos.
- 4.8.9.** Na modalidade fiança bancária, deverá ser emitida por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, constando renúncia expressa ao benefício do art. 827 do Código Civil.
- 5.8.10.** No caso de título de capitalização, deverá ser custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitido por sociedade regularmente autorizada.
- 4.8.11.** O título deverá ser apresentado com as condições gerais e número do processo aprovado pela SUSEP (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656/2022).
- 4.8.12.** A garantia assegurará, sob pena de não aceitação:
- 4.8.13.** Prejuízos decorrentes do não cumprimento do objeto do contrato e demais obrigações previstas;
- 4.8.14.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração.
- 4.8.15.** Em caso de alteração do valor ou prorrogação da vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada.
- 4.8.16.** Em caso de suspensão contratual por inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia até a retomada da execução.
- 4.8.17.** Se a garantia for utilizada total ou parcialmente, o Contratado deverá recompô-la em até 10 (dez) dias úteis.
- 4.8.18.** O Contratante executará a garantia conforme a legislação aplicável.
- 4.8.19.** O emitente da garantia será notificado acerca da instauração de processo administrativo.
- 4.8.20.** No seguro-garantia, o sinistro ocorrido na vigência poderá ser comunicado posteriormente, respeitados os prazos prescricionais (Circular SUSEP nº 662/2022).
- 4.8.21.** A garantia será extinta mediante declaração formal de cumprimento contratual.
- 4.8.22.** A extinção do seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.
- 4.8.23.** A Administração deverá apurar pendências antes do término da vigência da apólice.
- 4.8.24.** A garantia somente será liberada após a fiel execução do contrato ou extinção por culpa exclusiva da Administração.
- 4.8.25.** O Contratado autoriza a retenção da garantia nos termos deste Termo de Referência.
- 4.8.26.** O garantidor não integrará processo administrativo destinado a apurar prejuízos ou aplicar sanções.
- 4.8.27.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço.

4.9. Dedicção exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

- 4.9.1.** É certo que a exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00, conforme determina o art. 47, da Lei Complementar 123/2006 e art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015. Contudo, existem exceções

que podem ser avocadas pela Administração, desde que apresente as devidas justificativas, pois o tratamento diferenciado resulta de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação não será exclusiva.

4.9.2. Nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (artigo 49, II, da LC 123 /2006).

4.9.3. Interpretando-se esse dispositivo, é possível chegar à conclusão de não foi possível concluir se orçamentos demonstram a vantajosidade necessária, de forma que, não é possível segregar ao menos 3 (três) fornecedores enquadrados como ME ou EPP com a capacidade de cumprir as exigências do Edital, logo, a Administração poderá aplicar as regras excludentes do art. 49, II da LC nº 123 /2006, permitindo a participação dos demais fornecedores interessados.

4.9.4. Nesse ponto, cabe registrar que não foi encontrado, em pesquisa de mercado realizada para obter cotações válidas para balizar esta contratação, o número mínimo de três fornecedores com a qualificação de micro e pequena empresa. Ademais, não se identificou ferramenta, cadastro ou outro instrumento seguro apto a sustentar a tomada de decisão desta Administração acerca da vantajosidade de se garantir a exclusividade dos itens abaixo de 80 mil reais para as ME e EPP.

Deste modo, é temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com elevado número de itens desertos e fracassados, em virtude da ausência de fornecedores. A Administração seria levada a repetir o procedimento, o que aumentaria os custos da contratação, gerando prejuízos.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo para início da execução dos serviços será de até 15 (quinze) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, prazo no qual a contratada deverá promover a mobilização de pessoal, veículos, equipamentos, caçambas e demais recursos necessários à plena execução do objeto.

5.2. Caso não seja possível o início ou a continuidade da execução dos serviços na data estabelecida, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração as razões do impedimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, para análise de eventual pleito de prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior

5.3. Os serviços serão executados no Município de Itaberaí – GO, compreendendo o local indicado pelo Município para recebimento dos resíduos sólidos urbanos descarregados pelos caminhões coletores, os percursos rodoviários até o(s) aterro(s) sanitário(s) devidamente licenciado(s) e as respectivas áreas de destinação e disposição final ambientalmente adequada, conforme definido no Projeto Básico, no Memorial Descritivo e no Estudo Técnico Preliminar.

5.4. Local de carregamento

Os resíduos sólidos urbanos serão descarregados pelos caminhões coletores no local indicado pelo Município, cabendo à contratada a execução dos serviços de carga, transporte, destinação e disposição final em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, nos termos estabelecidos no Memorial Descritivo.

5.5. Transporte

O transporte dos resíduos sólidos urbanos será realizado por caminhão equipado com sistema roll on/roll off (“Julietta”), com capacidade para transporte simultâneo de duas caçambas de 30 m³.

5.6. Destinação e Disposição Final

A destinação e disposição final dos resíduos sólidos urbanos deverão ocorrer exclusivamente em aterro sanitário devidamente licenciado, com pesagem obrigatória e emissão de tickets de pesagem, certificados de destinação final ou documentos equivalentes.

5.7. Administração Local

A contratada deverá disponibilizar administração local, composta, no mínimo, por encarregado e veículo de apoio, conforme composição de custos adotada.

Modelo de execução do objeto

5.8. O modelo de execução do objeto caracteriza-se pela prestação contínua dos serviços, com fluxo operacional composto pelas seguintes etapas:

- Recepção diária dos resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta municipal;
- Operação de transferência dos resíduos para caçambas apropriadas;
- Transporte dos resíduos sólidos urbanos até aterro sanitário ambientalmente licenciado;
- Pesagem, controle e disposição final dos resíduos, conforme normas ambientais vigentes;
- Emissão de relatórios mensais de destinação e disposição final.

Garantia, manutenção e assistência técnica.

5.9. O disposto sobre prazo de validade de produtos perecíveis não se aplica à presente contratação, uma vez que o objeto consiste na prestação de serviços contínuos de transferência, transporte (destinação) e disposição final de resíduos sólidos urbanos.

5.10. A contratada será responsável pela adequada execução dos serviços durante toda a vigência contratual, respondendo pela qualidade, regularidade, continuidade e conformidade técnica e ambiental da prestação dos serviços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

Dos Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs

5.11. A contratada deverá fornecer aos seus empregados uniformes e equipamentos de proteção individual – EPIs adequados às atividades desenvolvidas, em conformidade com as normas de segurança do trabalho vigentes, especialmente a Portaria MTE nº 3.214 /1978.

5.12. O fornecimento dos uniformes e EPIs é de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo ser substituídos sempre que apresentarem desgaste ou perda de eficiência, sem qualquer ônus adicional à Administração.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.13.1 Rotinas Diárias do Fiscal do Contrato

- Verificar o **cumprimento das rotas e horários** estabelecidos para a coleta e transporte dos resíduos;
- Acompanhar a **regularidade da coleta**, observando:

1. Frequência;
2. Pontualidade;
3. Abrangência das áreas atendidas;

- Fiscalizar as **condições dos veículos** utilizados:

1. Estanqueidade (evitar vazamentos de chorume);
2. Conservação e limpeza;
3. Identificação visual conforme exigências contratuais;

- Conferir se os veículos estão **devidamente licenciados** e autorizados para transporte de resíduos;
- Registrar ocorrências como:

1. Falhas na coleta;
2. Atrasos;
3. Vazamentos;

6.13.2. Rotinas Semanais e Mensais

O Fiscal deverá:

- Conferir a **quantidade de resíduos coletados e transportados**, comparando:
 1. Pesagens;
 2. Relatórios operacionais;
 3. Notas de serviço;
- Verificar se a **destinação final** está sendo realizada em local **ambientalmente licenciado** (aterro sanitário, unidade de tratamento, transferência, etc.);
- Validar os **comprovantes de destinação final**, tais como:
 1. Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR);
 2. Certificados de Destinação Final (CDF);
 3. Tickets de pesagem;
- Acompanhar o cumprimento das **metas e indicadores de desempenho**, se houver;
- Avaliar a necessidade de ajustes operacionais e comunicar formalmente a contratada.

Fiscalização Ambiental e Legal

Compete ao Fiscal:

- Manter **registro formal das fiscalizações** (relatórios, checklists, fotos, atas);
- Atestar as **notas fiscais/faturas** somente após a comprovação da correta execução dos serviços;
- Solicitar correções e **notificar a contratada** em caso de descumprimento contratual;

- Sugerir aplicação de **penalidades** previstas no contrato, quando cabível;
- Acompanhar prazos contratuais, vigência e eventuais aditivos.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

O Fiscal deverá:

- Manter **registro formal das fiscalizações** (relatórios, checklists, fotos, atas);
- Atestar as **notas fiscais/faturas** somente após a comprovação da correta execução dos serviços;
- Solicitar correções e **notificar a contratada** em caso de descumprimento contratual;
- Sugerir aplicação de **penalidades** previstas no contrato, quando cabível;
- Acompanhar prazos contratuais, vigência e eventuais aditivos.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Execução e Medição

7.1. A execução do objeto dar-se-á de forma contínua, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no Projeto Básico, no Memorial Descritivo e na proposta da contratada, sob acompanhamento e fiscalização do gestor e do fiscal do contrato designados pela Administração.

7.1.1. O valor da presente contratação é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

7.2. Os serviços executados serão objeto de medição mensal, realizada pelo fiscal do contrato, com base nos quantitativos efetivamente prestados, nos registros operacionais, nos controles de transporte, nos comprovantes de destinação e disposição final ambientalmente adequada e nos demais documentos exigidos contratualmente.

7.3. Constatadas falhas, irregularidades ou não conformidades na execução dos serviços, a contratada será formalmente notificada para corrigi-las no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

7.4. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá mensalmente, após a verificação da regularidade, da qualidade e da conformidade da execução contratual, mediante atesto do fiscal do contrato na nota fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente.

7.5. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à quantidade, qualidade ou regularidade dos serviços, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução dos serviços ou de saneamento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base nas toneladas efetivamente destinadas e dispostas em aterro sanitário, aferidas por meio de tickets de pesagem, relatórios operacionais, certificados de destinação final e atesto da fiscalização.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **15 (quinze) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente contém os elementos essenciais, tais como:

7.11.1. a data da emissão;

7.11.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.3. o período de referência da execução dos serviços;

7.11.4. o valor devido;

7.11.5. eventual destaque das retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus ao Contratante.

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021. Prazo de pagamento

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até **15 (quinze) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INPC** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que apresente comprovação formal de sua condição.

7.26. Os serviços serão medidos mensalmente com base:

- Nos quantitativos efetivamente transportados e dispostos;
- Nos tickets de pesagem emitidos pelo aterro sanitário;
- Nos relatórios mensais de destinação e disposição final;
- No atesto da fiscalização do Município.

7.27. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação da medição devidamente aprovada, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Reajuste

7.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da Administração, correspondente ao mês de referência da planilha de custos que fundamentou a contratação.

7.29. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços contratuais serão reajustados automaticamente, independentemente de solicitação da contratada, mediante aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo IBGE, incidente sobre os valores correspondentes às parcelas executadas após a data-base do reajuste.

7.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

7.31. Na hipótese de atraso ou de não divulgação do índice de reajustamento, será adotada, provisoriamente, a última variação conhecida, procedendo-se à compensação financeira quando da divulgação do índice definitivo.

7.32. Nas aferições finais, o índice utilizado para o reajuste será, obrigatoriamente, o índice definitivo divulgado.

7.33. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser legalmente estabelecido.

7.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo.

7.35. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento de menor preço.

8.2. A execução do objeto dar-se-á de forma continuada, durante a vigência do contrato.

Forma de fornecimento

8.3. O fornecimento do objeto será continuado.

Garantia da Proposta

8.4. Será exigida garantia da execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, a ser prestada pela contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, no valor correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

8.4.1. A garantia poderá ser prestada, a critério da contratada, nas modalidades de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, observadas as disposições legais aplicáveis.

8.4.2. A garantia da execução contratual será devolvida após o término da vigência do contrato e o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas, observadas eventuais responsabilidades remanescentes.

8.4.3. A garantia será executada nas hipóteses previstas em lei e no contrato, inclusive para cobertura de prejuízos decorrentes da inexecução total ou parcial do objeto.

Exigências de habilitação:

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que devem devidamente constar no **SICAF**:

Nível I – Credenciamento;

8.6. Credenciamento no SICAF, que deve haver sido realizado em até 3 (três) dias anteriormente à data da abertura da sessão.

Nível II - Habilitação jurídica

8.7. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.11. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e/ou Municipal

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício ou concorre;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício concorre;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda **Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Nível V - Qualificação Técnica

8.22. Declaração de visita técnica, emitida pelo licitante, constando que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.23. . A declaração de visita técnica poderá ser substituída por declaração formal, assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24. Registro ou inscrição da empresa licitante no conselho profissional competente, quando exigido pela natureza do serviço, em plena validade.

8.25. Os atestados deverão comprovar atuação em contratos de limpeza urbana em geral, especialmente envolvendo transferência, transporte, destinação e disposição final de resíduos sólidos urbanos (RSU), independentemente de quantitativos específicos, sendo vedada a exigência de parcelas de maior relevância não devidamente justificadas.

Qualificação Técnico-Operacional (empresa)

8.26. Conforme o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, a comprovação de aptidão da licitante para o desempenho das atividades objeto da contratação deverá ser realizada mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica, em nome da empresa licitante, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços compatíveis, pertinentes e semelhantes ao objeto da licitação.

Os atestados deverão comprovar atuação em contratos de limpeza urbana em geral, especialmente envolvendo a coleta, transporte, transferência e destinação de resíduos sólidos urbanos (RSU), independentemente de quantitativos específicos. Considera-se que os serviços de destinação de resíduos sólidos urbanos extrapolam a mera atividade de transporte, exigindo conhecimento técnico específico, frota adequada, equipamentos próprios e experiência comprovada na coleta diária de RSU.

8.26.1 Para fins da comprovação da aptidão técnico-operacional, os atestados deverão demonstrar, no mínimo:

- Execução de serviços de natureza semelhante ao objeto da contratação;
- Compatibilidade em complexidade operacional;
- Atendimento a quantitativos mínimos compatíveis com o objeto licitado.

8.27. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que relativos a contratos executados de forma concomitante.

8.28. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.29. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, inclusive cópia dos contratos que lhes deram origem, quando solicitado pela Administração.

Qualificação Técnico-Profissional

8.30. Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, ou que contará, na data da contratação, com profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto da contratação.

8.30.1. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar efetivamente da execução do contrato, sendo admitida sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.31. A licitante deverá apresentar declaração contendo a relação de compromissos assumidos que importem na diminuição da disponibilidade do pessoal técnico apresentado.

8.32. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.33. Os atestados de capacidade técnico-profissional poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira

8.34. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com data de emissão não superior à 90 (noventa) dias;

8.35. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.36. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.37. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.38. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *[capital mínimo]* OU *[patrimônio líquido mínimo]* de 10% do *[valor total estimado da contratação]*.

8.39. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.40. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

8.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.472.303,80

9.1. O custo estimado da contratação foi apurado com base em duas metodologias complementares:

- I – Composição de custos detalhada, elaborada pela equipe técnica, resultando no valor mensal estimado de **R\$ 289.358,65 (...)**;
- II – Pesquisa de preços de mercado, conforme Relatório nº 642/2025, que apontou o valor mensal estimado de **R\$ 283.636,05 (...)**, considerando os seguintes itens:

- Transporte de resíduos sólidos urbanos;
- Disposição final;

- Administração local;
- Locação de container tipo guarita.

9.1.1. A diferença entre os valores obtidos é de aproximadamente **1,98%**, indicando compatibilidade entre as metodologias adotadas.

9.1.2. Para fins de definição do valor de referência da contratação, adotou-se o valor de **R\$ 289.358,65** mensais, por refletir adequadamente os preços praticados no mercado, em consonância com a pesquisa realizada.

9.2. O valor anual estimado da contratação é de **R\$ 3.472.303,80** (...), considerando o período de 12 (doze) meses.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha	Dotação Orçamentária	Elemento de Despesa	Subelemento	Recurso/Dest
1331	24.01.17.512.1130.2154	3.3.90.39.00	78 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.00.000

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIEL FARIA MARQUES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 14:22:38.